



XIV Plano Quinquenal da China

Perspectivas
para a Cooperação
Sino-Brasileira

PENSAR
DIALOGAR
DISSEMINAR
INFLUENCIAR

**#2 *Think tank* da
América do Sul e Central**

*University of Pennsylvania's Think Tanks
and Civil Societies Program 2020 Global
Go To Think Tank Index Report*

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é um *think tank* independente e plural, que há mais de vinte anos se dedica à promoção do debate propositivo sobre a política externa brasileira.

O CEBRI é uma instituição sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro e reconhecida internacionalmente, que propõe soluções pragmáticas e inovadoras para alavancar a inserção internacional positiva do país dentro do contexto global.

Formado por figuras proeminentes na sociedade brasileira, o Conselho Curador é parte fundamental da rede apartidária, diversa e plural do CEBRI, composta por mais de 100 especialistas de diversas áreas de atuação e de pensamento.

www.cebri.org



XIV Plano Quinquenal da China

Perspectivas para a Cooperação Sino-Brasileira

Centro Brasileiro de Relações Internacionais
Embaixada da República Popular da China no Brasil

FICHA TÉCNICA

Coordenação editorial

Julia Dias Leite

Diretora-Presidente do CEBRI

Luciana Gama Muniz

Diretora de Projetos do CEBRI

Marianna Albuquerque

Gerente de Projetos do CEBRI

O projeto foi coordenado pelo Núcleo Ásia do CEBRI, com as participações diretas de:

Embaixador Marcos Caramuru

Diplomata brasileiro e membro do Conselho Consultivo Internacional do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Foi Embaixador do Brasil em Pequim (2016-2018), Cônsul-geral do Brasil em Xangai, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e Diretor-Executivo do Banco Mundial.

Marianna Albuquerque

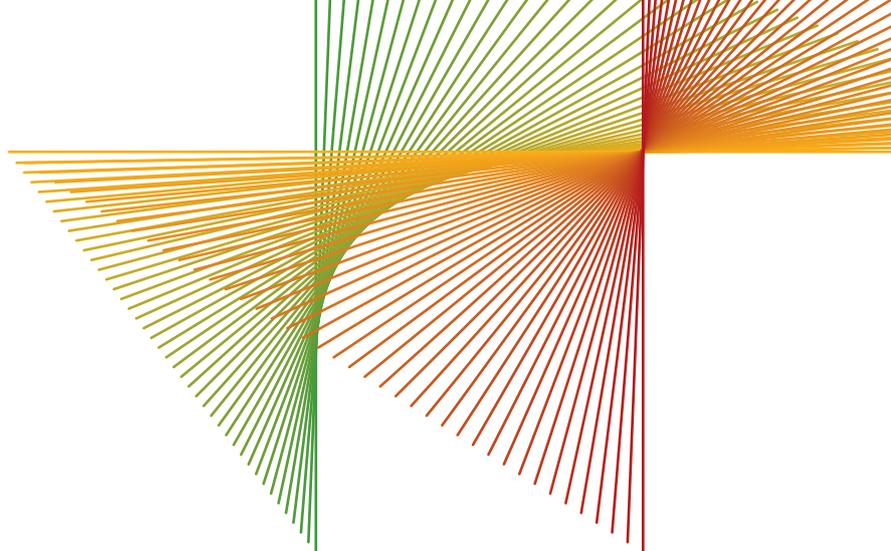
Gerente de Projetos do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Doutora e Mestre em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj). Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Larissa Vejarano Branco

Estagiária de projetos no Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e de comunicação no International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG/UNDP). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), realizou intercâmbio em Ciência Política na Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne.

As opiniões externadas nessa publicação são de exclusiva responsabilidade de seu autor.

Todos os direitos reservados:
CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Rua Marquês de São Vicente, 336 – Gávea
Rio de Janeiro / RJ - CEP: 22451-044
Tel + 55 21 2206-4400 - cebri@cebri.org.br
www.cebri.org



Em 2021, o lançamento do XIV Plano Quinquenal da China e a celebração dos 100 anos de fundação do Partido Comunista Chinês são um grande marco para a consolidação das estratégias de política externa do país. O Plano Quinquenal, elemento central do planejamento chinês, é, sobretudo, um grande esforço de equilíbrio entre múltiplas políticas chinesas, que se estendem dos debates sobre a abertura às reformas, ao tratamento eficiente dos gargalos tecnológicos, à digitalização, à relação entre demanda e produção, às políticas de inovação, e à economia verde. De forma geral, as diretrizes se baseiam e se relacionam com os cinco conceitos estratégicos de desenvolvimento, apresentados pelo presidente Xi Jinping, em 2015, e consolidados nas reuniões subsequentes do Congresso Nacional do Povo: inovação, desenvolvimento coordenado, crescimento sustentável, abertura econômica e desenvolvimento compartilhado.

Para promoverem as transformações necessárias, o governo chinês enfatiza que os conceitos precisam ser traduzidos em ações práticas, que indiquem abertamente para os demais parceiros quais são os interesses chineses e quais são as oportunidades de cooperação. Nesse contexto, a série de *webinars* “**XIV Plano Quinquenal: Perspectivas para a Cooperação Sino-Brasileira**”, realizada entre abril e junho de 2021 pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), em parceria com a Embaixada da China no Brasil, foi um exemplo concreto de iniciativa em prol da busca de soluções integradas para questões internacionais, como crescimento econômico, superação da pobreza, mercado de carbono, cooperação cultural e tecnologia. O objetivo central foi aprofundar a discussão de temas estratégicos da política externa chinesa com o objetivo de qualificar o debate público, explorando complementaridades que possam estimular a cooperação sino-brasileira.

A série foi composta por quatro eventos, nos quais foram mapeadas mais de 30 propostas concretas de cooperação. O primeiro evento da série abordou as novas agendas da governança global sob a perspectiva da China, com base em um novo paradigma de desenvolvimento. Os participantes do *webinar* discutiram sobre como as relações sino-brasileiras podem contribuir para o desenvolvimento global e defender a ordem internacional, apoiando o multilateralismo e as suas principais agendas. O *webinar* contou a participação dos Embaixadores Yang Wanming, Sergio Amaral, Marcos Caramuru, Xu Bu, Sarquis José Buainain Sarquis, assim como Victor do Prado e Hussein Kalout, Seniors Fellow do CEBRI, e José Pio Borges, Presidente do Conselho Curador do CEBRI.

Somado a isso, enfatizou-se como o XIV Plano Quinquenal perpassa uma série de conceitos que ampliam o interesse internacional sobre a China, tais como a ênfase em tecnologia, a transição para um crescimento não apenas quantitativo, mas também qualitativo, e as crescentes iniciativas para avançar nas metas de redução de emissões de carbono e o combate à pobreza.

No segundo *webinar* da série, os especialistas enfatizaram que para que a China alcance seus objetivos estratégicos, sobretudo até 2049 – o marco do centenário da República Popular da China – o país irá estabelecer parcerias em diversas áreas. Neste debate sobre planejamento e redução da pobreza e das desigualdades, Ministro Jin Hongjun, Embaixador Marcos Caramuru, Ye Fujing, Zhang Qi, Renato Baumann e Claudia Trevisan discutiram sobre as oportunidades bilaterais implícitas no XIV Plano Quinquenal. O evento contou com o apoio do Conselho Empresarial Brasil China (CEBC).

Na China, as agendas ambiental e climática ganham crescente importância, ocupando papel de destaque não só para o Estado, mas também para a sociedade. Além das preocupações com a crise climática, o terceiro evento da série abordou as oportunidades comerciais de uma economia de baixo carbono, a partir de temas como transição energética, indústria, materiais, biotecnologia, biocombustíveis, créditos de carbono, tecnologia e infraestrutura. Neste *webinar*, foram apontadas inúmeras possibilidades de cooperação sino-brasileiras, demonstrando o potencial da agenda ambiental para ambos os países, tendo em vista suas características complementares. O evento recebeu como participantes o Embaixador Marcos Caramuru, o Ministro Conselheiro Qu Yuhui, Li Dawei, Chai Qimin, Rogério Studart e Suzana Kahn Ribeiro.

No cenário atual, a indústria criativa vem ganhando protagonismo econômico, e o impacto do audiovisual nas percepções culturais é inegável, sendo estas essenciais para construir relações duradouras “*people to people*”. Sendo assim, o cinema se torna um instrumento artístico importante de promoção cultural, mas também funciona como um indicador de dificuldades de aproximação nesse campo. Assim, o quarto *webinar* da série explorou desde a transformação da cadeia produtiva do cinema e da arte na China até as colaborações já realizadas entre os países, e trouxe reflexões importantes para compreender o entendimento dos dois povos por meio do audiovisual, apontando oportunidades de cooperação. O Ministro Conselheiro Shu Jianping, Cecília Mello, Marcelo Azevedo, Suo Yabin, Marcos Caramuru, Qi Shuyu e Roberto Berliner conduziram um debate sobre a interseção entre cultura e relações internacionais.

Com base nos aportes trazidos pelos especialistas durante os eventos, este relatório busca sintetizar os principais argumentos e mapear as propostas concretas de cooperação para o Brasil e a China. Para tanto, o texto encontra-se dividido em quatro seções: a primeira contextualiza o atual momento das relações sino-brasileiras, a partir das transformações da ordem global e das transformações domésticas; a segunda, apresenta quatro vertentes centrais do XIV Plano Quinquenal e as oportunidades que podem ser derivadas para o aprofundamento das relações sino-brasileiras; a terceira introduz uma temática identificada como um ponto de inflexão que merece maior atenção de ambos os lados: a aproximação cultural e as relações “*people to people*” e, finalmente, a quarta seção lista as propostas concretas de cooperação mencionadas durante os debates.

1



CHINA, BRASIL E A NOVA ORDEM GLOBAL

Historicamente, tendo em vista que os princípios diplomáticos brasileiros se baseiam no equilíbrio do diálogo, a construção de relacionamentos duradouros entre parceiros estratégicos, como é o caso da China, ocorreu por meio da consolidação de uma visão de longo prazo e multissetorial, que ultrapassa circunstâncias políticas pontuais. Há inúmeros exemplos que evidenciam esta afirmação. Nos anos 90, por exemplo, o Brasil foi o primeiro país do mundo a ser considerado um parceiro estratégico pela China, e a ambição para a construção de uma relação sólida pode ser ilustrada pelo lançamento do *China-Brazil Earth Resources Satellite* (CBERS), programa de cooperação em satélites, um tema sensível devido às questões tecnológicas e pouco habitual entre países em desenvolvimento. Além dos inúmeros exemplos de cooperação setorial implementados bilateralmente, a força da relação sino-brasileira se lastreia, tradicionalmente, na complementaridade.

Entretanto, como o contato bilateral entre países ocorre dentro do arcabouço do sistema internacional, no qual as agendas da governança global estão entrelaçadas e funcionam de forma interdependente, a conjunção dos fatores externos pode trazer elementos que impulsionem ou dificultem a boa convivência. Dessa forma, uma aproximação que poderia ter efeito circunscrito aos diretamente envolvidos ganha o potencial de contribuir para a paz e para a estabilidade mundial.

Esta situação é ainda mais central quando envolve grandes potências. Apesar da China ainda ser, em muitos aspectos, considerada uma potência emergente ou um país em desenvolvimento, o país já estaria qualificado para o *status* de grande potência. Ao possuir atributos como poder político, econômico, militar, tecnológico e de inteligência, a China seria capaz de exercer esses poderes de forma variada em diversos espectros. Na prática das relações internacionais, isso implica em requalificar o seu relacionamento com os demais países, direcionando e moldando certos parâmetros da ordem global.

No caso do Brasil e da China, a pandemia foi um contexto sistêmico não previsto. A colaboração se mostrou central para a formação de políticas de resposta eficazes, dada a complementaridade de mercados e a divisão demarcada entre produtor e consumidor de insumos ativos para imunizantes e equipamentos médicos. Nesse sentido, a crise sanitária e seus subsequentes impactos nas áreas social, econômica e política evidenciaram a dificuldade de implementar cooperação e soluções coletivas dentro de arcabouços que não incorporam a diversidade. A politização de agendas e a narrativa que privilegia contatos prioritários entre semelhantes, chamados “*like-minded countries*”, ao colocar a diversidade em segundo plano, perderia um grande ativo do sistema, que é elemento próprio da política internacional: a construção de posições comuns por meio do diálogo, da aprendizagem mútua e da acomodação de interesses.

Com isso, o diálogo é o melhor caminho para que Brasil, China e o mundo identifiquem de forma transparente e integrada quais são os pontos de contato e onde estão as diferenças, para que essas possam ser corrigidas, minimizadas ou acomodadas. Exemplo premente da necessidade de diálogo em prol da estabilidade são as relações entre China e Estados Unidos, que têm o poder de direcionar a ordem mundial para a cooperação ou para o conflito. Pelo lado chinês, Xi Jinping sugeriu a construção de um diálogo especial entre as duas potências, de forma a estabelecer um *modus vivendi* propositivo, e não conflitivo.

Este cenário também gera consequências para os demais Estados. Na América Latina, por exemplo, a presença chinesa deve-se à sua capacidade de inserção econômica e ao elevado volume de investimentos financeiros nas cadeias produtivas sul-americanas, atraindo a atenção dos EUA, que vinha considerando a região como um espaço não prioritário. Dessa forma, a inserção chinesa em um contexto regional latino-americano requalifica o papel do subcontinente no *mapa mundi* geopolítico.

Um dos caminhos para refundar a ordem com base na colaboração constante dos Estados é o fortalecimento do multilateralismo. Após o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001, no momento de lançamento da Rodada Doha, o modelo de crescimento chinês constituiu um desafio para a arquitetura da organização, que era baseada em concessões recíprocas e regras diferenciadas para países em desenvolvimento. No entanto, o ritmo de desenvolvimento da China, que rapidamente se transformou no principal parceiro comercial de diversos países, desequilibrou os *trade offs*, reacendendo debates sobre a reforma da organização e gerando a necessidade de uma maior compreensão internacional sobre os mecanismos de mercado na China. Pela tradição de diálogo que possuem, historicamente, Brasil e China trabalham juntos pela reforma da OMC, pelo fortalecimento das regras multilaterais de comércio, e pelo estabelecimento de um órgão de solução de controvérsias que identifique e corrija práticas desleais de comércio.

Ampliando a pauta, os países também são parceiros nos debates sobre a reforma da governança econômica financeira internacional. O Novo Banco de Desenvolvimento é um exemplo desse esforço, mas possui efeitos mais amplos, ao promover um espaço no qual os países têm a oportunidade de aprimorar o conhecimento mútuo, sobretudo em aspectos culturais, financeiros e econômicos. Além disso, os países são parceiros em coalizões negociadoras, como os BRICS, IBAS e BASIC.

2



TEMAS CENTRAIS DO XIV PLANO QUINQUENAL E OPORTUNIDADES DE COOPERAÇÃO

O peso da China na realidade política e econômica internacional e o papel crescente que ocupa nas demais esferas faz com que o planejamento chinês seja mais do que um evento doméstico, pelos efeitos globais que enseja. Portanto, a compreensão aprofundada do XIV Plano Quinquenal é uma ferramenta importante para o entendimento de como a China encara seus desafios, planeja seu futuro e seu desenvolvimento.

Segundo os especialistas envolvidos nos eventos da série, o XIV Plano Quinquenal representa uma continuidade, mas traz inovações e ênfases em setores específicos, como **a) metas qualitativas para o crescimento econômico, b) o incentivo para a abertura comercial planejada, c) o destaque para a tecnologia como promotora do desenvolvimento, e d) o foco na sustentabilidade.**

Em relação ao primeiro ponto, sobre o intuito de qualificar o crescimento, o Plano enfatiza a necessidade de desenvolvimento inclusivo e de redução da pobreza, em consonância com os objetivos previstos na Agenda 2030, das Nações Unidas. Por conta de sua escala e peso demográfico, a melhora nos indicadores sociais chineses contribui significativamente para o aprimoramento dos índices globais, fazendo com que as políticas chinesas impactem, simultaneamente, a prosperidade nacional e a global. Apesar da estrutura dos dois países ser diferente, com a pobreza brasileira concentrada na zona urbana, e não na zona rural, como na China, o aprendizado mútuo em políticas de inclusão, de redefinição do papel do Estado e de redistribuição de renda pode gerar benefícios bilaterais e globais.

Sobre o segundo ponto de destaque, a abertura comercial, por sua vez, é um âmbito central para o relacionamento sino-brasileiro. Os dois países estão entre as maiores economias do mundo, mas, apesar de complementar, ainda persiste uma estrutura assimétrica de trocas comerciais. As exportações brasileiras seguem concentradas em poucos produtos agrícolas

de baixo valor agregado. Para dinamizar a complementaridade, seriam necessários investimentos públicos e privados no Brasil, elevando inversões em ciência, tecnologia e infraestrutura, a exemplo da malha ferroviária para conectar as grandes cidades brasileiras e os centros produtivos aos pontos de exportação.

Como terceiro ponto de destaque, o Plano propõe, ainda, o avanço tecnológico como parte indispensável da emergência da China para se consolidar como um *global player*, âmbito que permite vislumbrar inúmeras oportunidades para a cooperação internacional. A convergência da emergência de um cenário de competição global com o lançamento do Plano e com a pandemia levou a China a uma estratégia de redução da dependência externa e do investimento em tecnologia e infraestrutura. Por sua dimensão e escala, a China logrou avançar em um modelo particular, que conjuga elementos do modelo asiático de *export-led growth* – como inversões em portos, logística e ferrovias – com iniciativas de integração interna, baseado em construção de infraestrutura *voltada para dentro*, bem como de capital intelectual e humano. O modelo de governança econômica da China mostrou-se central para a resiliência econômica do país, que possui ritmos sólidos de crescimento nos últimos anos e destacou-se na recuperação da pandemia.

Soma-se a esse pano de fundo a transição para um modelo orientado pelo consumo doméstico, detendo atributos para prover aos seus parceiros oportunidades de negócios, de intercâmbio científico e de desenvolvimento de tecnologias. A opção da China por um modelo de crescimento de alta qualidade implica novos padrões de consumo incorporando estratos de renda mais baixa e criando oportunidades para produtores de economias de renda média, como o Brasil. A título de exemplo, a estratégia chinesa de busca de redução de dependência na produção agrícola e na segurança alimentar pode ser encarada como motivo de grande preocupação por parte dos produtores brasileiros, mas abre também oportunidades para o intercâmbio de tecnologia em uma área na qual o Brasil demonstra vantagens comparativas. A política chinesa de investir na construção de equipamentos agrícolas de alta eficiência pode contribuir para aumentar a competitividade no setor de máquinas agrícolas, e tornar-se um benefício adicional para a produtividade do setor produtivo brasileiro.

Ainda no campo tecnológico, os investimentos em tecnologia de ponta e inteligência artificial possibilitam geração de conhecimento e a criação de novos equipamentos, com prováveis reflexos sobre os processos produtivos brasileiros e do resto do mundo. Há uma expectativa de que os avanços tecnológicos chineses beneficiem processos produtivos em terceiros países. Um exemplo são os investimentos em pesquisas do setor aeroespacial que deveriam contribuir para o desenvolvimento conjunto de novos satélites com o Brasil.

Por fim, o quarto ponto de destaque do Plano é a ênfase e o estímulo aos investimentos em biotecnologia, tecnologias limpas e economia de baixo carbono. Desenha-se, portanto, um campo potencial de integração com o Brasil, uma das economias com maior grau de biodiversidade. Os esforços para investir em tecnologia associada a ampliação do percentual de energias limpas na matriz energética chinesa deverão se refletir em maior disponibilidade de equipamentos mais eficientes, eventualmente contribuindo para melhorar também a eficiência energética brasileira, sobretudo em vista dos investimentos chineses já realizados nesse setor.

Nesse âmbito, abrem-se mais oportunidades para explorar a complementaridade entre Brasil e China, e estimular o aprendizado mútuo, em assuntos como cooperação em ciência e tecnologia, concertação de posicionamentos internacionais, intercâmbio de políticas econômicas e financiamento de desenvolvimento verde. Os dois países defendem internacionalmente, por meio do BASIC, o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas,

por meio do qual se advoga pela repartição dos ônus da mitigação de forma proporcional ao poder econômico e ao perfil histórico de emissões, conferindo mais tempo e transferência de recursos para que os países em desenvolvimento possam implementar as políticas climáticas acordadas internacionalmente.

No Brasil, o tema ambiental ocupou historicamente, e continuará a ocupar, para além de conjunturas pontuais, um papel de destaque na agenda da sociedade e do Estado brasileiro. Na China, o tema ganhou grande importância, não só pela conexão com a pauta energética, mas também pela relação com produção industrial limpa, bens e práticas de consumo, reflorestamento e instrumentos econômicos, como emissão de *green bonds* e créditos de carbono. Para o último, a China criou, recentemente, uma nova estrutura robusta: duas bolsas em Xangai e uma plataforma a ser operada em cinco grandes cidades, que entrará em vigor ainda este ano. Além disso, o país se comprometeu com a neutralidade de carbono até 2060 e incluiu parâmetros ambientais nos projetos de infraestrutura da *Belt and Road Initiative*.

O XIV Plano Quinquenal, portanto, reflete o momento em que a governança climática está na ordem do dia. O Plano foi construído a partir da conformidade com as orientações e compromissos internacionais, e se baseia em uma nova filosofia de crescimento pautada em conceitos verdes, escapando da narrativa de que sustentabilidade e crescimento são contraditórios. As medidas previstas no Plano abarcam diversos setores, como desenvolvimento verde da indústria, da construção verde, do transporte verde, da agricultura de baixa emissão, do sistema de créditos de carbono, e de políticas de controle de desastres e respostas. A temporalidade prevista é que, no processo de transição, a China atinja o pico de emissões em 2030, caminhando para a neutralidade em 2060. Os principais desafios nesse sentido são a presença do carvão como fonte energética em diversas regiões da China, e a dificuldade de implementação de medidas verdes na área rural.

Apesar do impulso recente, o XII Plano Quinquenal já estipulava a necessidade de redução de emissão de carbono pela unidade do PIB. Desde então, a estrutura produtiva construída foi disposta de forma a elevar a eficiência, reestruturar e otimizar a matriz energética, e planejar medidas de cooperação para uma transição para uma sociedade verde. A reestruturação logrou reduzir indicadores em cadeias produtivas de grande emissão, como o setor siderúrgico. Ademais, a China detém o maior número de patentes de soluções climáticas, possui 30% da energia eólica e solar do mundo, além de ter promovido uma redução de emissão de carbono por unidade de PIB de 48% no período 2005-2019, e uma redução de dióxido de enxofre de 11 milhões de toneladas, sem impactar no ritmo de crescimento. O consumo de carvão também está sendo progressivamente reduzido, e as energias renováveis, que eram 7,4% da matriz, já ocupam 15,3%. Nesse mesmo período analisado, a expectativa de vida na China subiu de 72 para 77 anos.

Cabe reforçar, no entanto, que a lógica de assegurar harmonia entre humanidade e natureza e os esforços para reduzir a perda de biodiversidade devem ser almejados não apenas no território chinês. Frequentemente, há a narrativa de que alguns bancos, não apenas chineses, financiam projetos com impactos negativos sobre o meio ambiente em terceiros países. A China deveria, portanto, reforçar a postura proativa também nos financiamentos de projetos verdes, em consonância com os objetivos da Agenda 2030. No âmbito bilateral, uma possibilidade nesse sentido poderia ser adaptar os objetivos do Fundo Brasil-China para apoiar atividades de preservação de florestas e de estímulo a iniciativas agrícolas ambientalmente corretas, tendo em vista a ênfase do mercado internacional em sustentabilidade nas atividades produtivas.

Esse campo já resulta em investimentos da China no Brasil, a exemplo do linhão de Belo Monte e da exploração offshore da *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC), mas é, ainda, um benefício pouco explorado. A relação de trocas entre Brasil e China persiste majoritariamente voltada para pautas tradicionais, como *commodities*, com capacidade de expansão para o comércio verde, setores como etanol, geração de energia elétrica, painéis fotovoltaicos e equipamentos industriais e agrícolas de baixa emissão. Além do poder do agronegócio brasileiro, há algumas lacunas que poderiam ser preenchidas nesse sentido, como a elaboração de um acordo de livre comércio para a economia verde, a simplificação de barreiras alfandegárias para produtos de baixa emissão, acordos para a produção conjunta de tecnologia verde, liderança conjunta na cooperação Sul-Sul no assunto, investimentos em bio materiais e biocombustíveis, e aproveitamento de economias de escala por meio da conexão entre cadeias produtivas.

Por serem países de desenvolvimento tardio, Brasil e China têm mais liberdade de escolha dos caminhos a serem adotados para a transição, enquanto países desenvolvidos estão conectados ao *lock-in* de tecnologias muitas vezes obsoletas, padrões de consumos sedimentados, e culturas industriais e empresariais de alta emissão. A biodiversidade e o potencial da bioeconomia brasileira, junto com as inovações tecnológicas da China, permitiriam que, juntos, fossem capazes de criar uma ecoindustrialização pioneira, e um novo modelo de desenvolvimento baseado nos ativos biológicos, na floresta em pé e na inovação, combinado com a geração de empregos. Para avançar nessa iniciativa, é necessário associar as mudanças climáticas aos ganhos e aos riscos econômicos que elas trazem, para incentivar um comprometimento combinado de governos, setor privado e sociedade civil.

3

RELAÇÕES “PEOPLE TO PEOPLE” COMO FERRAMENTA PARA A COOPERAÇÃO SINO-BRASILEIRA

Apesar das possibilidades de cooperação apresentadas nas seções anteriores, a perenidade de relações sólidas entre dois países perpassa a compreensão cultural. Esse é um ponto ainda frágil para os vínculos sino-brasileiros, com necessidade de investimento em políticas de incentivo ao turismo, à cooperação educacional e às produções culturais. O tema cultural está incorporado no XIV Plano Quinquenal, que prevê a digitalização da cadeia de artes, com base na internet móvel e na tecnologia 5G, na digitalização, na inteligência artificial, e no *blockchain* como mecanismo de garantia à propriedade intelectual.

Na maioria dos setores que promovem a interconexão entre pessoas, e não entre governos, as iniciativas bilaterais são incipientes ou pouco difundidas. Apesar de se localizar a nível da sociedade, há o potencial de impacto direto na relação oficial, uma vez que o desconhecimento sobre a cultura e os modos de vida podem gerar desentendimentos e dificultar a abertura de mercados. Um caminho profícuo para minimizar esse risco reside no potencial da indústria criativa, sobretudo audiovisual, a exemplo do festival de cinema dos BRICS e dos acordos recentes de co-produção cinematográfica. Pelo peso demográfico, o mercado audiovisual chinês poderia ser mais explorado pela indústria cultural brasileira, mas para isso devem ser priorizados novos investimentos para o setor.

Três exemplos de como o audiovisual pode incentivar a aproximação cultural entre os países estão em produções dos diretores brasileiros Walter Salles e Roberto Berliner e da atriz Lucélia Santos. Em um documentário dirigido por Salles nos anos 70, foi apresentado um panorama sobre a China, até então desconhecida da cultura ocidental, mas que começava a se abrir, trazendo ao Brasil uma nova visão sobre o país. A novela *Escrava Isaura*, protagonizada por Lucélia Santos, foi um fenômeno na China, dando à atriz o prêmio chinês *Águia de Ouro*, concedido a uma estrangeira pela primeira vez. Por sua vez, o filme *Nise e o*

Coração da Loucura, de Berliner, venceu o festival dos BRICS e foi o primeiro filme a entrar no circuito comercial chinês. No entanto, a baixa visibilidade do feito, a ausência de uma divulgação que contextualizasse a obra, e a falta de conhecimento sobre a importância do tema retratado na realidade brasileira foram obstáculos e aprendizados para aprimorar as futuras experiências.

Conclui-se, portanto, que por meio da aproximação cultural é possível fomentar integrações “*people to people*” capazes de gerar identificações e minimizar desentendimentos. Com a China sendo o principal parceiro comercial do Brasil, chama a atenção a falta de conhecimento mútuo sobre os modos de vida cotidianos. Este é um campo que merece, ainda, ser tratado como igualmente prioritário.

4



PROPOSTAS CONCRETAS DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E CHINA

A partir das reflexões apresentadas acima, serão listadas, na sequência, um compilado de propostas concretas de cooperação sino-brasileira, nas áreas de destaque do XIV Plano Quinquenal e na promoção do intercâmbio cultural:

METAS QUALITATIVAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

- **Compartilhamento de boas práticas em políticas de superação da pobreza:** A China declarou ter tirado 100 milhões de pessoas da pobreza absoluta, o que corresponde a 70% da população mundial que se encontrava nessa situação. Apesar do êxito da China, é apenas o início de uma longa jornada para continuar a melhorar o nível de vida da população, e alcançar o sonho chinês de prosperidade. Essa medida representa um avanço importante para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1, estipulado até 2030, sobre o qual o Brasil precisa repensar suas estratégias para atingi-lo, sobretudo no pós-pandemia. Nesse cenário, poderia haver cooperação acadêmica e técnica entre os países em torno de políticas de desenvolvimento e de redução da concentração de renda, sobretudo em razão da semelhança entre as políticas adotadas nos dois países no que tange programas de assistência social e cobertura da educação básica, embora considerando as particularidades de cada um.

ABERTURA COMERCIAL PLANEJADA

- **Explorar um comércio de maior valor agregado:** O perfil do comércio sino-brasileiro é ainda assimétrico. São necessários esforços do setor público e privado para dinamizar o comércio, através de reformas, elevando investimentos no Brasil em ciência e tecnologia, infraestrutura e saúde. É fundamental que o Brasil consiga diversificar sua pauta comercial e de exportação, que ainda é muito restrita a *commodities*.

- **Apostar no fortalecimento do multilateralismo:** Ambos países trabalham juntos pela reforma da OMC e pelo estabelecimento do órgão de solução de controvérsias, e advogam também pelo fortalecimento das regras multilaterais de comércio. Os países são parceiros na reforma da governança econômica financeira internacional, sendo o New Development Bank um exemplo desse esforço.
- **Beneficiar-se de oportunidades comerciais inovadoras.** A opção da China por um modelo de crescimento de alta qualidade implica novos padrões de consumo, incorporando estratos de renda mais baixa e criando oportunidades para produtores de economias de renda média, como o Brasil. A condição básica para tanto é que os produtos nacionais sejam proativos frente às novas oportunidades e que não haja barreiras do lado chinês.
- **Criar oportunidades de investimentos no setor de saúde e nas indústrias produtoras de materiais hospitalares.** A pandemia deixou bem clara a necessidade de desenvolver o setor da saúde e atividades adjacentes, assim como promover cada vez mais intercâmbio de tecnologias para superar as assimetrias internacionais nesse âmbito.

INVESTIMENTO TECNOLÓGICO

- **Estimular a cooperação em tecnologia:** O XIV Plano Quinquenal da China dá ênfase ao desenvolvimento tecnológico como parte indispensável da emergência da China como potência mundial. O Brasil pode encontrar oportunidades de cooperação neste âmbito, em torno de mercados de interesse comum e da necessidade que surge com a pandemia da Covid-19 de priorizar a segurança alimentar.
- **Atrair investimentos em infraestrutura:** O Brasil possui um forte déficit de infraestrutura, que demanda investimentos, a exemplo da necessidade de ampliação e modernização da malha ferroviária. O Estado brasileiro, dificilmente, irá fazer esse aporte sozinho, e parcerias internacionais são uma solução possível. O modelo de desenvolvimento chinês, que consistiu em planejamentos e altos investimentos em água, saneamento, conectividade, portos, logística, e ferrovias, assim como capital humano e tecnologia, deram ao país enorme resiliência e capacidade de prover aos seus parceiros diversas oportunidades de negócios.
- **Priorizar a segurança alimentar e tecnologia de equipamentos agrícolas:** A estratégia chinesa de busca de autossuficiência na produção agrícola e segurança alimentar é evidentemente motivo de grande preocupação por parte dos produtores brasileiros, mas é oportunidade para intercâmbio de tecnologia em uma área que o Brasil demonstra claras vantagens comparativas. A política chinesa de investir na construção de equipamentos agrícolas de alta eficiência pode contribuir para aumentar a competitividade no setor de máquinas agrícolas e tornar-se um benefício adicional para a produtividade do setor produtivo brasileiro.
- **Incentivar a cooperação setorial em biotecnologia:** O XIV Plano Quinquenal dá ênfase a investimentos em biotecnologia. E esse deveria ser um campo potencial de integração com o Brasil já que a economia brasileira é uma das economias com maior grau de biodiversidade.
- **Incentivar a cooperação setorial em energia:** Os esforços para investir em tecnologia associada a ampliação do percentual de energias limpas na matriz energética chinesa deverão se refletir em maior disponibilidade de equipamentos mais eficientes, eventualmente contribuindo para melhorar também a eficiência energética brasileira, sobretudo em vista dos investimentos chineses já realizados nesse setor.

- **Incentivar a cooperação setorial aeroespacial:** A ênfase do plano nas pesquisas do setor aeroespacial deveria contribuir para o desenvolvimento conjunto de novos satélites, intensificando o que já vem sendo feito há vários anos. Já estamos no 7º satélite Brasil-China, o que demonstra que uma iniciativa de cooperação pouco provável, mas ambiciosa, detém grande potencial.
- **Explorar novas tecnologias:** O foco em investimentos em tecnologia de ponta, IA, e suas aplicações práticas, deverá possibilitar geração de conhecimento e novos equipamentos com prováveis reflexos sobre os processos produtivos brasileiros e do resto do mundo. Há uma expectativa que esses avanços tecnológicos por parte da economia chinesa possam beneficiar processos produtivos em terceiros países.

SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA VERDE

- **Explorar as complementaridades sino-brasileiras:** Ambos países fazem parte dos grandes países em desenvolvimento, membros do BRICS e do G20, e seus pontos de complementaridade convergem, além das relações comerciais, principalmente na agenda ambiental e climática. Brasil e China assumiram compromissos de neutralidade de carbono, e são dois países centrais para as discussões do combate ao aquecimento global. O Brasil detém elementos importantes como disponibilidade de terra e vastos recursos hídricos, os quais a China não possui em abundância, além de ter exemplos de boas práticas em biocombustíveis. Ao mesmo tempo, a China é líder em energias renováveis e em automóveis elétricos, o que poderia abrir espaço para cooperação no desenvolvimento dessas áreas.
- **Desenvolver mecanismos de *green finance*.** A China deverá adotar uma postura mais proativa nos financiamentos de projetos verdes, até para ressaltar sua contribuição para os objetivos da Agenda 2030. No âmbito bilateral Brasil-China, uma possibilidade poderia ser adaptar os objetivos do fundo Brasil-China para apoiar atividades de preservação de floresta e de estímulo a iniciativas agrícolas ambientalmente corretas.
- **Ampliar a concertação de posicionamentos internacionais:** Brasil e China fazem parte do BASIC e têm muitos interesses no debate ambiental e climático. Para isso, seria necessária uma cooperação de alto nível e consolidada entre os países, abrindo novas fronteiras. Para ampliar essa colaboração, os países devem assumir protagonismo nas cooperações sul-sul sobre o assunto, principalmente sobre financiamento, divulgando suas parcerias.
- **Intercâmbio de políticas econômicas verdes:** A adoção de medidas como a métrica “redução de carbono pela unidade do PIB” e os subsequentes planos para a indústria chinesa poderiam ser vistos como exemplos de boas práticas, assim como a implementação de um sistema de comércio de crédito de carbono mais funcional. Além disso, há oportunidades de intercambiar boas práticas de políticas públicas. Um exemplo são os projetos para a economia de baixo carbono que a China está implementando a nível regional e local. A partir desses projetos, realizam-se planos de ação para cada região com base na métrica emissão por unidade de PIB.
- **Criar um *roadmap* para implementar uma economia de baixo carbono,** delimitando um horizonte de tempo, estratégias e prioridades para o Brasil. A China tem interesse crescente em soluções climáticas e, além disso, vê enormes oportunidades de investimentos e cooperação com o Brasil no tema.

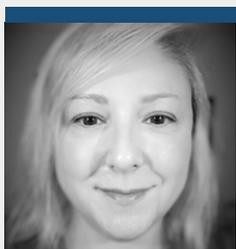
- **Criar um ambiente favorável para a cooperação em ciência e tecnologias verdes** seria essencial para o desenvolvimento de novos equipamentos verdes e o estabelecimento de uma nova dinâmica comercial entre os países. O Brasil teria possibilidade de exportar produtos de valor agregado superior.
- **Atrair mais investimentos chineses em setores de baixo carbono, indo além de infraestrutura e energia:** Uma possibilidade interessante seriam os biocombustíveis, tendo em vista que o Brasil possui vantagens em termos de tecnologia para a produção de etanol, por exemplo. Além disso, há crescentes estudos sobre o papel fundamental dos biomateriais na contenção do aumento da temperatura a 2oC, a exemplo do bambu, e a utilização de biomateriais para a construção civil poderia ser uma solução economicamente viável. O Brasil seria capaz de promover, em conjunto com a China, uma “ecoindustrialização”, ou seja, um modelo de desenvolvimento baseado nos ativos biológicos.
- **Promover um acordo de simplificação de tarifas alfandegárias para facilitar o comércio de produtos ou equipamentos de economia verde.** É necessário aumentar o comércio verde entre os dois países, visto que o Brasil possui vantagens comparativas no âmbito e a China crescente interesse em tais trocas.
- **Desenvolver, em conjunto, novos equipamentos verdes e analisar a viabilidade de uma cadeia produtiva em conjunto,** pois a otimização da cadeia ajuda na redução das emissões.
- **Definir regras sobre impacto ambiental do comércio internacional.** É uma área que os países poderiam trabalhar juntos dada a dimensão da relação comercial de ambos.

CULTURA E RELAÇÕES PEOPLE TO PEOPLE

- **Aproximação cultural:** Apesar da China estar altamente presente no Brasil por meio da indústria, assim como na área automotiva e na área de serviços, uma aproximação cultural e na área de conhecimento vê-se necessária para aumentar a compreensão cultural entre os dois países. Para isso, seria interessante ampliar programas de intercâmbio entre universidades, visando aumentar o número de alunos brasileiros na China e vice-versa, que é muito baixo em comparação com os Estados Unidos e os países Europeus, por exemplo. Tais iniciativas são importantes para aumentar o conhecimento mútuo entre pessoas, promovendo uma integração *people to people*.
- **Considerar o conhecimento cultural como aspecto-chave para aumentar a compreensão cultural entre os dois países.** O conhecimento é essencial para evitar mal entendimentos. Em muitos casos, conflitos comerciais e políticos têm base no desconhecimento cultural. No caso do Brasil e da China, a indústria criativa de ambos países têm grande potencial de movimentar altas somas.
- **Cooperação tecnológica dentro do setor das indústrias criativas.** Sobre a transformação da cadeia produtiva do cinema e da arte na China, quatro grandes temas são: [1] Nova infraestrutura para a cadeia artística, [2] 5G, *cloud computing*, e *big data* para a área de arte, [3] digitalização e [4] uso de novos equipamentos para essa área. O XIV Plano Quinquenal determina a digitalização da cadeia das artes, com base na internet móvel, digitalização e IA. As indústrias criativas são cada vez mais populares e promissoras, e podem ser um âmbito de cooperação e investimento entre os países.

- **Intercâmbio de boas práticas na digitalização do turismo.** A China está caminhando para ampliar as facilidades em pontos turísticos no país para atrair mais visitantes internacionais. Além de oferecer *wi-fi*, estão sendo implementados sistemas de fornecimento de informações de forma inteligente e digitalizada. Um exemplo são *apps* que apontam as facilidades (banheiros, entrada, saída) dos locais, por onde se pode também comunicar problemas e realizar pagamentos de forma digital.
- **Cooperação tecnológica em cinema.** Na China, o governo está construindo um ambiente favorável para a digitalização de todos os processos de produção cinematográfica, desde a produção, filmagem, divulgação e arquivamento, para aprimoramento de processos e produtos. O Brasil poderia desenvolver acordos que abranjam a cooperação nessa área, tendo em vista a aproximação de produtores dos dois países.
- **Ampliar os intercâmbios universitários:** temos, atualmente, poucos estudantes brasileiros na China, e vice-versa. O investimento e a ampla divulgação de iniciativas no setor, ao introduzir estudantes na realidade e na vida cotidiana, são um mecanismo de promoção de relações “*people to people*”.

PARTICIPANTES DOS DEBATES



Cecília Mello

É Professora Associada no Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da ECA-USP. Foi Pesquisadora Visitante na Beijing Film Academy (2013), na Universidade de Pequim (2015), na Taipei National University of the Arts (2017) e na Universidade de Nottingham - Ningbo (2021). É autora de *The Cinema of Jia Zhangke: Realism and Memory in Chinese Film* (Londres: Bloomsbury 2019 - Honourable Mention - Best Monograph 2020 - British Association of Film, Television and Screen Studies).



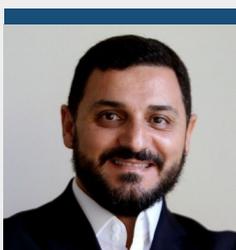
Chai Qimin

Diretor de Estratégia e Planejamento do Centro Nacional para Estratégia de Mudança Climática e Cooperação Internacional (NCSC) da China, membro do Comitê de Estratégia do Clima Global. Integra a delegação chinesa para Negociações Climáticas na ONU e participou, como autor principal, da elaboração de vários documentos de política, tais como a estratégia de desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa de longo prazo para meados deste século (visão para a neutralidade de carbono), a contribuição nacionalmente determinada da China, o plano especial para enfrentar as mudanças climáticas, o programa de trabalho nacional para controlar as emissões de gases de efeito estufa e o programa de ação para atingir o pico das emissões de dióxido de carbono. Ganhou também vários prêmios da área onde atua.



Cláudia Trevisan

Mestre em Políticas Públicas Internacionais, Cláudia Trevisan é pesquisadora não-residente do Instituto de Política Externa da Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins, em Washington, onde estuda a competição entre Estados Unidos e China na América Latina. Jornalista com 30 anos de carreira, Cláudia foi correspondente do jornal O Estado de S.Paulo em Pequim e Washington, da Folha de S.Paulo em Pequim e Nova York e do Valor Econômico em Buenos Aires. Autora dos livros *Os Chineses* e *China - O Renascimento do Império*, ela venceu em três ocasiões o Prêmio Comunique-se como melhor correspondente internacional de mídia escrita. Em 2014, recebeu o Troféu Mulher Imprensa de melhor repórter de mídia impressa do Brasil. Cláudia é formada em Direito pela Universidade de São Paulo e Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



Hussein Kalout

Senior Fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). É cientista político, professor de Relações Internacionais, membro do Advisory Board da Harvard International Review e pesquisador da Universidade Harvard, onde coordena pesquisas no âmbito do Weatherhead Center for International Affairs e no Center for Middle Eastern Studies. Entre 2016 e 2018, foi Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, integrou o Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e foi presidente da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. Na administração pública, assumiu responsabilidades como diretor de Assuntos Internacionais do Superior Tribunal de Justiça e diretor de Cooperação Jurídica Internacional da Procuradoria Geral da República.



Jin Hongjun

Jin Hongjun é Ministro da Embaixada da China no Brasil desde 2020. Entre 2017 e 2010, atuou como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Popular da China na República da Guiné-Bissau e, entre 2007 e 2011 atuou como Conselheiro da Embaixada da República Popular da China em Portugal. Também desempenhou diversas funções no Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, a exemplo do cargo de Diretor-Geral Adjunto da Direção-Geral das Missões Diplomáticas Chinesas no Exterior, entre 2014 e 2017.



José Pio Borges

Presidente do Conselho Curador do CEBRI. Atuou como Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde ocupou anteriormente diversos cargos. Foi Presidente da Pronor Petroquímica e Diretor Administrativo do Banco BBM. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Captalys Investimentos, membro do Conselho Estratégico da Casa Firjan e atuou no Conselho de Administração da Petrobras, da Cia. Vale do Rio Doce, da Aracruz Celulose SA, da COPESUL, da Rede Ferroviária Federal AS, do Banco do Nordeste do Brasil SA, USIMINAS, entre outras. É Diretor da Casa Stefan Zweig em Petrópolis, Presidente do Conselho da Fundação Eva Klabin, entre outros. Possui Mestrado em Economia pela New School for Social Research de Nova York, Bacharelado em Engenharia Mecânica e Mestrado em Engenharia Industrial pela PUC do Rio de Janeiro.



Li Dawei

Pesquisador e diretor do Departamento de Pesquisa em Economias Emergentes da Academia de Pesquisa Macroeconômica da China. Formou-se em Economia pela Universidade Central de Finanças e Economia em 2000; concluiu, em 2004, o mestrado em Economia pela mesma instituição. Tornou-se doutor em Administração pela Academia Chinesa de Ciências em 2008. Atua em diversas áreas de pesquisa, como Economia Internacional, Comércio Internacional, Investimento Estrangeiro Direto e Cooperação Econômica Regional. Já participou ou presidiu mais de 200 projetos organizados pelo governo chinês, além de publicar cerca de 20 livros e mais de 70 artigos em revistas acadêmicas e veículos de comunicação, como Diário do Povo, Revista de Ciências Humanas da China e Pesquisa Macroeconômica.



Marcelo Azevedo

Foi chefe do setor de diplomacia pública da Embaixada do Brasil em Pequim até o início de 2021. Contribuiu para a criação de parcerias com grandes empresas chinesas e de programa de patrocínio que viabilizaram a realização de centenas de apresentações artísticas brasileiras em diversas cidades chinesas e a geração de conteúdo original sobre o Brasil visualizado por milhões de chineses. Formado em comunicação social pela UFMG, é diplomata desde 2007. Serviu também na Embaixada em Paris e foi professor na SciencesPo.



Qi Shuyu

Doutor em Letras, é diretor do Departamento de Estudos Sociais e Culturais e do Centro de Pesquisa em Política Cultural e Gestão na Academia Chinesa de Governança. As principais áreas de pesquisa incluem política cultural, indústria cultural, serviços culturais públicos e reforma do sistema cultural. Presidiu vários projetos importantes patrocinados pela Fundação Nacional de Ciências Sociais, foi autor de vários livros e centena de artigos acadêmicos em importantes periódicos chineses.



Renato Baumann

Doutor em Economia pela Universidade de Oxford, professor aposentado da Universidade de Brasília, ex-Diretor do Escritório da CEPAL no Brasil, ex-Secretário-Adjunto de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, ex-Secretário de Investimentos Estrangeiros da CAMEX, atualmente Coordenador de Cooperação Internacional e Investimentos do IPEA.



Roberto Berliner

Formado em jornalismo, é diretor e produtor desde o início dos anos 80. Em 1991 fundou a produtora carioca TvZero, onde produz e dirige filmes e séries documentais e de ficção. Entre seus filmes, está "Nise - o coração da loucura", que foi exibido comercialmente na China em mais de 600 Salas de Cinema.



Rogério Studart

Senior Fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e *senior fellow* do World Resources Institute, atualmente trabalhando na *new climate economy*, uma iniciativa para promover políticas orientadas por análises baseadas em evidências de custos, benefícios e oportunidades da tão necessária transição para o crescimento com baixo teor de carbono. O Dr. Studart é um *distinguished fellow* da Global Federation of Competitiveness Councils. Anteriormente ele era diretor executivo do World Bank Group, representando o Brasil e outras oito nações. Nesta qualidade, em diferentes anos, ele foi um membro da Diretoria Executiva de cada comitê, representou o Brasil nas reuniões do G-20 e outros fóruns internacionais. Dr. Studart também foi diretor executivo para o Brasil e Suriname Inter-American Development Bank Group (IADB), tendo atuado como presidente de vários de seus comitês de diretoria. Ele também ocupou cargos nas Nações Unidas em Santiago, Chile, e em Genebra, Suíça, e no Chase Manhattan Bank of Brazil. É economista e possui um doutorado pela Universidade de Londres, Inglaterra. Ele é um premiado acadêmico, com livros publicados e diversos artigos sobre macroeconomia, finanças, financiamento ao desenvolvimento, e colunas em diferentes mídias de notícias ao redor do mundo.



Embaixador Sarquis José Buainain Sarquis

Diplomata de carreira, serviu nas embaixadas do Brasil em Londres, Berlim, Paris e Tóquio. Atuou, pelo governo brasileiro, em diversas ocasiões junto à OCDE, à OMC, ao Banco Mundial, ao FMI e às Nações Unidas. Entre 2019 e 2020, atuou como Vice-Presidente de Risco, Pesquisa, Estratégia e Parcerias do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) do BRICS em Xangai. Desde setembro de 2020, é o Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos do Itamaraty. Formado em Engenharia Eletrônica pela UFRJ. Mestre e Doutor em Economia pela London School of Economics (LSE).



Embaixador Sergio Amaral

Conselheiro do CEBRI. Foi embaixador do Brasil em Londres, Paris e Washington. Foi também Professor Assistente de Relações internacionais na Universidade de Brasília. Ao longo de sua carreira, foi negociador da dívida externa brasileira e ocupou altos postos na administração pública, entre os quais o de Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Secretário de Comunicação e Porta-Voz do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi também Ministro da Indústria e do Comércio e Presidente dos Conselhos da CAMEX e do BNDES. No setor privado, presidiu o Conselho Empresarial Brasil-China e integrou o Conselho da WWF Brasil, assim como das empresas francesas Total, Plastic Omnium e de várias empresas brasileiras. Hoje está associado ao escritório Felsberg e Advogados e é membro do Conselho Estratégico da FIESP. Formou-se em Direito pela USP e concluiu a pós-graduação em Ciência Política (DESS) pela Universidade Paris-Sorbonne.



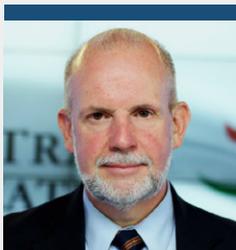
Suo Yabin

Professor da Universidade de Comunicação da China, é bacharel em Literatura pela Universidade de Pequim, mestre em Cinema pelo Instituto de Pesquisa em Artes Cinematográficas da China e doutor em Cinema pela Universidade de Comunicação da China. Foi jurado em competições como o Festival de Cinema Universitário em Pequim e o Festival Internacional de Cinema de Shanghai, além de integrar comitê da BBC responsável por eleger os cem maiores filmes em língua não-inglesa. Foi professor visitante da Escola de Cinema da Universidade do Sul da Califórnia e da Escola Nacional de Cinema da Rússia. Dentre suas publicações, destacam-se os livros “Guia das melhores produções cinematográficas” e “História da animação na China” (em coautoria), além de quase 100 artigos publicados em veículos como o jornal Diário do Povo e a revista Arte Cinematográfica. Atuou ainda na criação do roteiro de diversos filmes, além de participar de numerosos programas de crítica cinematográfica na televisão, no rádio e na internet.



Suzana Kahn

Graduada em Engenharia Mecânica, Mestre em Programa de Planejamento Energético e DSc em Engenharia Industrial pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995). É Professora Titular da COPPE/UFRJ e Coordenadora do Fundo Verde UFRJ. Consultora “ad hoc” para o Conselho de Pesquisa e Desenvolvimento do Brasil e Coordenadora líder e autora do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). É Diretora do Centro China Brasil da COPPE/UFRJ e Vice-Diretora da COPPE/UFRJ. Ela também foi Subsecretaria de Economia Verde do Rio de Janeiro Estado, de Governo 2010-2013 e também trabalhou no Governo Federal como a Secretária Nacional de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente entre 2008 e 2010. Tem publicado vários artigos e teses na área de energia, transportes, ambiente e alterações climáticas. Como presidente do Comitê Científico do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, ela organizou 3 relatórios de avaliação sobre mudanças climáticas e 3 relatórios especiais. Enquanto coordenadora do Fundo Verde da Universidade Federal, ela implementou iniciativas sustentáveis no *campus* da universidade relacionadas à energia solar, redes inteligentes e mobilidade sustentável.



Victor do Prado

Senior Fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Atualmente é diretor do Conselho e do Comitê de Negociações Comerciais na OMC, onde assiste os preparativos para as conferências ministeriais da OMC e supervisiona o trabalho do Conselho Geral e do Órgão de Resolução de Litígios. Anteriormente, foi chefe de Gabinete Adjunto do diretor-geral Pascal Lamy. É um antigo diplomata brasileiro e ocupou o cargo de presidente do Comitê de Subsídios, serviu como painalista em vários casos e foi membro da Delegação Brasileira em vários processos de resolução de litígios. Foi também assistente comercial e econômico do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil. É formado em Direito pela Universidade de São Paulo e Mestre em Relações Internacionais pela Academia Diplomática Brasileira. Atualmente é membro do Instituto Mundial do Comércio da Universidade de Berna e do curso de Direito e Política Econômica Internacional da Universidade de Barcelona.



Embaixador Xu Bu

É Presidente do Instituto de Estudos Internacionais da China e, anteriormente, foi Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Popular da China no Chile. De 2015 a 2018 exerceu o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Associação das Nações do Sudeste Asiático, ASEAN; e de 2011 à 2015 foi Vice-Representante do Ministério das Relações Exteriores para assuntos da Península Coreana.



Embaixador Yang Wanming

É o atual Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Popular da China no Brasil, anteriormente foi Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Popular da China no Chile e na Argentina. Foi Diretor-Geral do Departamento da América Latina e Caribe do Ministério dos Negócios Estrangeiros, MNE e Conselheiro e Diretor-Geral Adjunto. Durante sua trajetória, exerceu a função de Conselheiro da Embaixada da China no México, e Vice-Prefeito do Município de Kaili da Província de Guizhou. Iniciou sua carreira como Adido e Terceiro Secretário do Departamento da América Latina e Caribe do MNE da República Popular da China, depois foi Terceiro Secretário da Embaixada da China na Argentina; Terceiro e Segundo Secretário, Subchefe e Chefe de Divisão do Departamento da América Latina e Caribe do MNE. Possui Mestrado em Economia e Doutorado em Direito.



Ye Fujing

Diretor do Institute of International Economic Research, National Development and Reform Commission. Possui PhD em Economia pela Academia Chinesa de Ciências Sociais. Na mesma instituição, também atuou no Departamento de Distribuição de Renda e Seguridade Social. Entre 2019 e 2017, ocupou diversos cargos de destaque na delegação da China junto à União Europeia, a exemplo de Diretor-Geral Adjunto e Diretor da Divisão de Pesquisa em Finanças Internacionais.



Zhang Qi

Reconhecido especialista em redução da pobreza e pesquisa de política fundiária rural. Professor do Instituto de Economia e Gestão de Recursos da Universidade Normal de Pequim e Diretor do Instituto Chinês de Redução da Pobreza. Também é especialista em redução da pobreza na área Educacional do Ministério da Educação, e membro do Comitê de Habitação Rural do Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano-Rural. Zhang Qi presidiu mais de 100 projetos nacionais, provinciais e ministeriais de redução da pobreza, publicou mais de 30 monografias e mais de 100 artigos nesta área.

CONSELHO CURADOR

Presidente

José Pio Borges

Presidente de Honra

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes

Jorge Camargo

José Alfredo Graça Lima

Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Benke

Conselheiros Eméritos

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Luiz Fernando Furlan

Marcos Azambuja

Pedro Malan

Rubens Ricupero

Sócios Fundadores

Carlos Mariani Bittencourt

Celso Lafer

Daniel Klabin

Gelson Fonseca Jr.

João Clemente Baena Soares

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Maria do Carmo (Kati) Nabuco de Almeida Braga

Roberto Teixeira da Costa

Eliezer Batista da Silva *(in memoriam)*

Luciano Martins de Almeida *(in memoriam)*

Luiz Felipe Palmeira Lampreia *(in memoriam)*

Luiz Olavo Baptista *(in memoriam)*

Sebastião do Rego Barros Netto *(in memoriam)*

Walter Moreira Salles *(in memoriam)*

Diretora-Presidente

Julia Dias Leite

Conselheiros

André Clark

Anna Jaguaribe

Armando Mariante

Armínio Fraga

Clarissa Lins

Claudio Frischtak

Demétrio Magnoli

Edmar Bacha

Henrique Rzezinski

Ilona Szabó

Izabella Teixeira

Joaquim Falcão

José Aldo Rebelo

José Luiz Alquéres

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Marcelo de Paiva Abreu

Marcos Galvão

Paulo Hartung

Renato Galvão Flôres Jr.

Roberto Abdenur

Roberto Jaguaribe

Ronaldo Veirano

Sergio Amaral

Vitor Hallack

Winston Fritsch

SENIOR FELLOWS

Adriano Proença
Ana Célia Castro
Ana Paula Tostes
Ana Toni
André Soares
Benoni Belli
Carlos Milani
Daniela Lerda
Denise Nogueira Gregory
Diego Bonomo
Evangelina Seiler
Fabrizio Sardelli Panzini
Fernanda Magnotta
Hussein Kalout
Larissa Wachholz
Leandro Rothmuller
Lia Valls Pereira
Lourival Sant'Anna
Mário Ripper
Matias Spektor
Miguel Correa do Lago
Monica Herz
Patrícia Campos Mello
Paulo Sergio Melo de Carvalho
Pedro da Motta Veiga
Philip Yang
Rafaela Guedes
Ricardo Ramos
Ricardo Sennes
Rogério Studart
Ronaldo Carmona
Sandra Rios
Tatiana Rosito
Vera Thorstensen
Victor do Prado

SÓCIOS INDIVIDUAIS

Adriano Abdo
Álvaro Otero
Antônio Alberto Gouvêa Vieira
Arminio Fraga
Carla Lacerda
Carlos Leoni de Siqueira
Carlos Mariani Bittencourt
Celso Lafer
Claudine Bichara de Oliveira
Cristina Pinho
Décio Oddone
Diego Bonomo
Eduardo Prisco Paraíso Ramos
Fernando Bodstein
Fernando Cariola Travassos
Fernando de Mello Barreto
Frederico Axel Lundgren
Guilherme Frering
Henrique Rzezinski
Irene Giner-Reichl
Jaques Scvirer
João Felipe Viegas Figueira de Mello
João Roberto Marinho
José Francisco Gouvêa Vieira
José Otávio Carvalho
Larissa Wachholz
Marcello Brito
Marcelo Weyland Barbosa Vieira
Marcio João de Andrade Fortes
Maria Pia Müssnich
Mauro Viegas Filho
Najad Khouri
Nicholas Wellington
Paulo Ferracioli
Pedro Leitão da Cunha
Ricardo Haddad
Ricardo Levisky
Roberto Abdenur
Roberto Guimarães Martins-Costa
Roberto Teixeira da Costa
Sergio Zappa
Thomas Trebat
Victor Galante
Vitor Hallack
Winston Fritsch

EQUIPE CEBRI

Diretora-Presidente
Julia Dias Leite

Diretora de Relações Institucionais e Comunicação
Carla Duarte

Diretora de Projetos
Luciana Gama Muniz

Secretária Executiva
Rigmor Andersen

Projetos

Gerente de Projetos
Marianna Albuquerque

Coordenador de Projetos
Hugo Bras Martins da Costa

Analista de Projetos
Gustavo Berlie

Estagiários
Larissa Vejarano
Lucas Cabral
Rafaela Machado Cândido
Sofia da Silva Urech

Relações Institucionais

Coordenadora de Parcerias
Cintia Reschke Borba Hoskinson

Coordenadora de Relações Institucionais
Fernanda Araripe

Coordenador de Projetos Especiais
Caio Vidal

Analista de Projetos Especiais
Lucas Bilheiro

Estagiário
Heron Fiório

Eventos

Coordenadora de Eventos
Nana Villa Verde

Analistas de Eventos
Nana Maria Barbosa
Julia Felipe Mendonça Cordeiro

Comunicação

Coordenadora de Comunicação Institucional
Renata Fraga

Analista de Comunicação
Paula Reisdorf

Administrativo e Financeiro

Coordenadora Administrativa-Financeira
Fernanda Sancier

Analista Administrativo
Kelly Lima

CEBRI

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ONDE ESTAMOS

Rua Marquês de São Vicente, 336
Gávea, Rio de Janeiro - RJ - Brazil
CEP: 22451-044

Tel: +55 (21) 2206-4400

cebri@cebri.org.br



[@cebrionline](#)

www.cebri.org